

## DIREITO ADMINISTRATIVO

Prof. Higor Fernandes

06/02/19

1- (Comperve/RN 2018) As práticas de gestão das organizações públicas devem estar pautadas nos princípios constantes no artigo 37 da Constituição Federal. Nesse sentido, quando um gestor de uma universidade pública nomeia, por meio de portaria publicada no Boletim de Serviços, um de seus parentes de primeiro grau para um cargo de assessoria, mediante contrato de prestação de serviços sem a realização de concurso público ou seleção, estaria desrespeitando os princípios da

- A) eficácia e moralidade.
- B) publicidade e eficácia.
- C) impessoalidade e publicidade.
- D) moralidade e impessoalidade.

2 - (OAB / FGV) O Sr. Joaquim Nabuco, dono de um prédio antigo, decide consultá-lo como advogado. Joaquim relata que o seu prédio está sob ameaça de ruir e que o poder público já iniciou os trabalhos para realizar sua demolição. Joaquim está inconformado com a ação do poder público, justamente por saber que não existe ordem judicial determinando tal demolição. Diante do caso concreto em tela, discorra fundamentadamente sobre a correção ou ilegalidade da medida.

3 - Julgue as alternativas:

I - O poder regulamentar é a prerrogativa conferida à Administração Pública de editar atos gerais para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação. Ao poder regulamentar não cabe contrariar a lei.

II - O poder disciplinar importa à administração o dever de apurar infrações e aplicar penalidades.

III - Considera-se poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do poder público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Pode-se dizer que a(s) alternativa(s):

- a) Somente as alternativas I e II estão incorretas.
- b) Somente as alternativas I e III estão incorretas.
- c) as alternativas II e III estão incorretas.
- d) as alternativas I, II, III estão corretas.

4 - A Administração Pública pode revogar seus próprios atos, inclusive os vinculados? Fundamente indicando o princípio de direito administrativo.

5 - Como se distinguem a anulação e a revogação dos atos administrativos, no que tange aos efeitos?

6 - (Comperve/RN 2018) Maria João é uma funcionária que ocupa cargo de provimento efetivo em uma repartição pública como Chefe do Setor de Merenda. Sensibilizada com a situação de uma amiga de infância, permitiu que ela entrasse na dispensa da escola onde trabalhava e levasse a alguns alimentos para preparar comida para sua família. Sabe-se que esse é um caso de improbidade administrativa, que importa em:

- a) enriquecimento ilícito advindo da lesão ao erário por meio do desvio, da apropriação ou da dilapidação de bens da entidade.
- b) enriquecimento ilícito advindo de qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do cargo.
- c) prejuízo ao erário por permitir que pessoa física utilize bens, rendas ou valores integrantes do acervo patrimonial.
- d) prejuízo ao erário por permitir a concessão de benefícios fiscais sem a observância das formalidades legais.

7 - (OAB/FGV) No que concerne à intervenção do Estado sobre a propriedade privada, é correto afirmar que:

(A) a servidão administrativa afeta o caráter absoluto do direito de propriedade, implicando limitação perpétua do mesmo em benefício do interesse coletivo.

(B) as limitações administrativas constituem medidas previstas em lei com fundamento no poder de polícia do Estado, gerando para os proprietários obrigações positivas ou negativas, com o fim de condicionar o exercício do direito de propriedade ao bem-estar social.

(C) a requisição de bens móveis e fungíveis impõe obrigações de caráter geral a proprietários indeterminados, em benefício do interesse geral, não afetando o caráter perpétuo e irrevogável do direito de propriedade.

(D) o tombamento implica a instituição de direito real de natureza pública, impondo ao proprietário a obrigação de suportar um ônus parcial sobre o imóvel de sua propriedade, em benefício de serviços de interesse coletivo.

8 - (OAB-CESPE) O Poder Público municipal, por meio de decreto, desapropriou imóvel de Paulo e Maria, para implantar, no local, um posto de assistência médica. A expropriação foi amigável, tendo sido o bem devidamente integrado ao patrimônio público municipal. Não obstante a motivação prevista no ato expropriatório, que era a de utilidade pública, o município alterou a destinação atribuída ao bem para edificar, no local, uma escola pública. Nessa situação hipotética, ocorreu trespasseio ilícito? Paulo e Maria têm direito à retrocessão? Fundamente suas respostas, mencionando a definição do instituto da retrocessão e sua(s) hipótese(s) de cabimento.

9 - O Estado deixou, nos últimos 4 (quatro) meses, de efetuar o pagamento a empresa X que lhe prestava serviço, o que, inclusive, levou a referida a ficar inadimplente com parte de suas obrigações comerciais. Assim, a empresa é obrigada a manter a prestação dos serviços enquanto a Administração permanecer inadimplente?

10 - Julgue as alternativas:

I - A administração pública indireta compreende não apenas os ministérios, mas também as autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

II - Apenas entidades que possuem personalidade jurídica de direito privado integram a administração pública indireta.

Pode-se dizer que a(s) alternativa(s):

- a) as alternativas I e II estão corretas.
- b) as alternativas I e II estão incorretas.
- c) somente a alternativa I está correta.
- d) somente a alternativa II está correta.

11 - São modalidades de licitação elencadas na lei 8.666/93: menor preço, melhor técnica, técnica e preço, maior lance ou oferta.

( ) Certo ( ) Errado

12 - São atributos do ato administrativo: presunção de legitimidade e veracidade; autoexecutoriedade; imperatividade e tipicidade.

( ) Certo ( ) Errado

13 - São requisitos ou elementos do ato administrativo: competência; objeto; forma; finalidade e motivo.

( ) Certo ( ) Errado

14 - Os bens públicos não podem ser desapropriados.

( ) Certo ( ) Errado

15 - Sindicância administrativa é o meio sumário que se utiliza a Administração do Brasil, para, sigilosa ou publicamente, proceder a apuração de ocorrência anômalas no serviço público, as quais se confirmadas fornecerão elementos para abertura de processo administrativo disciplinar. E neste último, busca-se a adequação entre meios e fins, com a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida não superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público, visando à prevenção das irregularidades.

( ) Certo ( ) Errado

16 - A teoria que melhor explica a relação existente entre o servidor público e a pessoa jurídica do Estado é a teoria da representação, cuja característica principal consiste no princípio da imputação volitiva. Assim, a vontade do órgão público é imputada à pessoa jurídica a cuja estrutura pertence, já que aquele estaria agindo em seu nome.

( ) Certo ( ) Errado

17 - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

( ) Certo ( ) Errado

18 - As agências reguladoras são entidades autônomas integrantes da administração indireta que atuam em setores estratégicos da atividade econômica, zelando pelo desempenho das pessoas jurídicas e por sua consonância com os fins almejados pelo interesse público e pelo governo.

( ) Certo ( ) Errado

19 - É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários. Vejamos as exceções constitucionalmente previstas nas alíneas do inciso XVI do artigo 37 a seguir: a de dois cargos de professor; a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

( ) Certo ( ) Errado

20 - O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado; mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei complementar, assegurada ampla defesa ou por excesso de despesas com pessoal.

( ) Certo ( ) Errado